



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O Município de Dois Vizinhos realizará, de **26 a 30 de novembro de 2025**, a **Expovizinhos 2025**, feira expositiva oficial do calendário municipal, no **Parque de Exposições – R. Jorge Amado, Jardim Marcante**.

O evento demanda ampla infraestrutura física e de apoio para receber expositores, público visitante e as diversas ações institucionais previstas.

Para que a feira aconteça com segurança e organização, é imprescindível dispor de **estruturas temporárias adequadas** que possibilitem:

- a montagem de pavilhões para exposições e estandes de expositores;
- a realização de apresentações artísticas e culturais, com sonorização e iluminação compatíveis com eventos de grande porte;
- a oferta de condições de conforto e acessibilidade ao público, como áreas cobertas, pisos nivelados, climatização, banheiros químicos e mobiliário;
- o controle e a segurança do espaço, por meio de fechamentos e sinalização apropriados.

Sem a disponibilização desses elementos estruturais, a Expovizinhos 2025 não poderá ocorrer de forma segura, confortável e dentro do padrão de qualidade esperado, comprometendo o atendimento ao público e o objetivo de promoção do desenvolvimento econômico, turístico e cultural do município.



2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Diante da necessidade de disponibilizar infraestrutura completa para a **Expovizinhos 2025**, foram avaliadas as seguintes alternativas:

1. Aquisição definitiva de todos os bens e equipamentos

Vantagens: permitiria reaproveitamento em outros eventos municipais, reduzindo futuras locações.

Desvantagens: exigiria alto investimento inicial e recursos orçamentários não previstos; demanda espaço físico para armazenamento permanente; necessidade de equipe e manutenção contínua; risco de obsolescência e deterioração quando não utilizados.

Avaliação: economicamente inviável e operacionalmente desaconselhável, dado o caráter eventual da feira.

2. Aproveitamento de estruturas próprias da Administração Municipal

Vantagens: menor custo direto, uso de recursos já existentes.

Desvantagens: o Município não dispõe de pavilhões, tendas, equipamentos de sonorização, iluminação profissional, painéis de LED e quantidade suficiente de banheiros químicos para atender ao porte do evento.

Avaliação: solução insuficiente para garantir a segurança, o conforto e a qualidade exigidos para a realização da feira.

3. Parcerias ou cessão gratuita de estruturas por terceiros (ex.: iniciativa privada)

Vantagens: poderia reduzir o gasto público.

Desvantagens: não há garantia de disponibilidade nem de atendimento aos requisitos técnicos e de segurança; risco de comprometer prazos rígidos do evento; possível conflito com normas de contratação pública e de patrocínios.



Avaliação: alternativa incerta e juridicamente limitada para um evento de grande porte com data já definida.

4. **Locação de estruturas temporárias e serviços especializados**

Vantagens: contratação de empresa(s) especializada(s) com experiência em grandes eventos; transferência da responsabilidade de montagem, operação e desmontagem; atendimento a normas de segurança e prazos; inexistência de custos permanentes de manutenção ou armazenamento.

Desvantagens: despesa recorrente em cada edição do evento.

Avaliação: solução mais adequada e eficiente diante do caráter temporário da necessidade e da rigidez do cronograma.

Conclusão da análise comparativa: Considerando o porte e a complexidade da Expovizinhos 2025, o **fornecimento por meio de estruturas temporárias**, mediante contratação de empresa especializada, é a alternativa que melhor equilibra viabilidade econômica, segurança, qualidade técnica e cumprimento de prazos.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x) A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) podem optar pelo regime de tributação do **Simples Nacional**, conforme disposto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não ()

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)



3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

O objeto da Expovizinhos 2025 envolve a disponibilização de **diversas estruturas e serviços distintos**, tais como: pavilhões metálicos, montagem de estandes, tendas de vários formatos, pisos tipo deck, grades de contenção, banheiros químicos, climatizadores, sonorização e iluminação profissional, painel de LED, praticáveis, mobiliário, entre outros itens.

Dessa forma, **opta-se pelo parcelamento da contratação em itens**, de modo a permitir que cada componente da infraestrutura seja licitado de maneira separada, garantindo maior economicidade e eficiência, conforme preveem os arts. 11, inciso I, e 40, §1º da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

As quantidades e especificações detalhadas de todos os itens necessários para a realização da Expovizinhos 2025 constam integralmente no Documento de Formalização da Demanda – DFD, elaborado pela área requisitante, que serviu de base para o presente Estudo Técnico Preliminar.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



O valor estimado da contratação é de R\$ 738.000,00 (setecentos e trinta e oito mil).

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Análise de Riscos		
Risco Identificado	Risco Identificado	Risco Identificado
Atraso na montagem ou desmontagem das estruturas	Comprometimento do cronograma do evento e atraso na abertura ou desmontagem da feira.	Estabelecer cronograma detalhado em contrato, com prazos intermediários e penalidades; acompanhar por equipe técnica da fiscalização.
Fornecimento de materiais ou equipamentos em desacordo com o Termo de Referência	Prejuízo à segurança, estética e funcionalidade do evento.	Exigir apresentação de catálogos e memorial descritivo; realizar vistoria técnica prévia; rejeitar materiais fora das especificações.
Falhas na montagem ou ancoragem das estruturas	Risco de acidentes e danos a pessoas, equipamentos ou ao patrimônio.	Exigir ART de profissional habilitado; acompanhar montagem por engenheiro responsável; seguir normas técnicas vigentes.
Condições climáticas adversas	Danos às estruturas e interrupção de atividades do evento.	Planejar estruturas compatíveis com normas de segurança; reforçar



(chuvas, ventos fortes, granizo)		ancoragens; prever plano de contingência para suspensão temporária.
Falta de integração entre fornecedores de som, iluminação e decoração	Atrasos e incompatibilidades técnicas na execução.	Promover reuniões de alinhamento entre contratados; elaborar cronograma integrado de montagem e desmontagem.
Insuficiência de equipe técnica qualificada	Execução inadequada, aumento do tempo de montagem e risco de acidentes.	Exigir comprovação de qualificação técnica e experiência; manter fiscalização constante durante todas as etapas.
Danos ao patrimônio público ou a terceiros	Responsabilização civil e paralisação parcial das atividades.	Exigir seguro de responsabilidade civil; realizar vistorias antes e após o evento para registro das condições do local.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução consiste na disponibilização integral da **infraestrutura física e de apoio necessária para a realização da Expovizinhos 2025**, de 26 a 30 de novembro de 2025, no **Parque de Exposições de Dois Vizinhos**. Essa infraestrutura contempla a **locação, montagem, operação, manutenção e posterior desmontagem** de estruturas temporárias e equipamentos indispensáveis ao evento, abrangendo:



- **Áreas de exposição:** pavilhão metálico de grande porte, montagem de estandes básicos (aproximadamente 1.514 m²), stands externos institucionais e passarelas para circulação.
- **Coberturas e apoio logístico:** tendas piramidais em diferentes dimensões, pisos tipo deck, praticáveis, treliças, grades de contenção e fechamento metálico tipo metalão.
- **Conforto e serviços ao público:** banheiros químicos padrão e PNE com equipe de higienização, climatizadores industriais, mobiliário (mesas, cadeiras e mobiliário de stands).
- **Palco e mídia:** sistema completo de sonorização e iluminação profissional de grande porte, backline de palco, painel de LED de alta definição para transmissões ao vivo e sistema de rádio interno para a feira.
- **Operação e segurança:** instalação elétrica compatível, aterramento, ART quando exigido, além de suporte técnico especializado durante todo o período do evento.

A contratação desta solução possibilitará que o Município disponibilize ao público, expositores e participantes um espaço **seguro, acessível e tecnicamente adequado**, garantindo o padrão de qualidade, conforto e segurança exigidos para um evento de grande porte e relevância regional.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, registrado pelo órgão de classe;
- b) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho de Classe (CREA), contendo no mínimo os seguintes dados: Razão Social; Endereço; Número e data do registro; Ramo de atividade; Nome do responsável técnico registrado, para os itens que contenham estrutura, todos exceto 5, 6, 7, 20, 21.



c) Certificado de Registro de Pessoa Física no respectivo Conselho de Classe (com atribuição para o objeto licitado) contendo no mínimo os seguintes dados: Nome; Endereço; Número e data do registro e nome do Profissional indicado para esta licitação para os itens que contenham estrutura, todos exceto 5, 6, 7, 20, 21.

d) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.



Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinada.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica,



mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A realização da **Expovizinhos 2025** demanda a montagem de **estruturas temporárias de grande porte**, bem como a instalação de **sistemas elétricos, de sonorização e iluminação profissional**, que envolvem riscos à integridade física dos participantes e ao patrimônio público.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as empresas participantes do certame comprovem **experiência prévia em serviços de natureza e porte equivalentes**, mediante **atestados de capacidade técnica**, de modo a assegurar que já executaram, com êxito, atividades semelhantes em eventos de grande público e complexidade.

Além disso, a **montagem de estruturas metálicas, instalação elétrica de alta carga e demais serviços correlatos** configura atividade técnica sujeita a regulamentação profissional, sendo exigido o **registro da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, bem como a apresentação da respectiva **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**.

Essa exigência está em consonância com os arts. **67 e 68 da Lei nº 14.133/2021**, que permitem a comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, bem como com a **Lei nº 5.194/1966**, que estabelece a obrigatoriedade de acompanhamento, por profissional habilitado, de atividades técnicas de engenharia.

Portanto, os atestados de capacidade técnica e o registro no CREA não configuram restrição indevida à competitividade, mas **medida essencial para garantir a segurança estrutural, a regularidade técnica e a conformidade legal da execução**, protegendo a Administração Pública e os usuários do evento contra riscos de acidentes, falhas ou interrupções.

**Qualificação Técnica:**

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;



Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



Com a realização da Expovizinhos 2025, espera-se que a contratação proporcione **máxima economicidade e aproveitamento dos recursos públicos**, permitindo:

- **Uso racional dos recursos financeiros:** a locação de estruturas temporárias elimina a necessidade de aquisição definitiva de bens de alto custo e de uso eventual, evitando despesas com manutenção, armazenagem e depreciação de equipamentos que só seriam utilizados em eventos esporádicos.
- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos da Administração:** a contratação de empresa(s) especializada(s) transfere as etapas de montagem, operação, manutenção e desmontagem para equipe técnica qualificada, liberando os servidores municipais para as atividades de planejamento, coordenação e atendimento ao público.
- **Eficiência na gestão do evento:** a execução por profissionais com experiência comprovada garante segurança, qualidade técnica e cumprimento de prazos rígidos, reduzindo riscos de falhas ou retrabalho.
- **Valorização do investimento público:** ao possibilitar um evento bem estruturado, com conforto e acessibilidade para expositores e visitantes, a contratação potencializa o retorno social, econômico e turístico para o município, favorecendo o desenvolvimento local e a promoção dos produtos e serviços regionais.
- **Flexibilidade e sustentabilidade:** a utilização de estruturas temporárias permite dimensionar os equipamentos estritamente conforme a demanda de cada edição da feira, evitando desperdícios de materiais e energia.

Em síntese, a futura contratação viabilizará a realização da Expovizinhos 2025 com **qualidade, segurança e custo proporcional à necessidade**, assegurando que os recursos financeiros, materiais e humanos do Município sejam aplicados de forma eficiente e em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

**12. REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Regime de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Flavio Antonio Galeazzi
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Leonardo Felipe Brunetto Wilamowski
Fiscal Técnico:	Jeferson Franca
Suplentes:	Ana Paula Ramos

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

A presente contratação não está no planejamento anual de contratações por se tratar de recurso advindo do governo do estado para realização do objeto.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Serviços comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. São serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

Vide definições na Lei 14133/2021, art. 6º para encontrar a definição de cada opção para saber em qual o objeto se enquadra.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a



apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção dos sistemas de comunicação e centrais telefônicas.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

☒ Pregão, ☐ Tradicional ☒ SRP

☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP

☐ Concurso

☐ Leilão

☐ Dialogo Competitivo

Justificativa para não adesão de outros órgãos ao processo de contratação:

A presente contratação possui características **muito específicas**, voltadas às necessidades estruturais e operacionais do **Parque de Exposições de Dois Vizinhos**, local onde será realizada a **Expovizinhos**. As condições do espaço físico, o layout do evento, o dimensionamento das áreas de palco, arquibancadas, estandes e demais estruturas temporárias demandam soluções



técnicas personalizadas e compatíveis com as peculiaridades do local e da programação cultural prevista.

Além disso, o **recurso financeiro utilizado é proveniente de repasse do Governo do Estado do Paraná**, destinado exclusivamente à realização deste evento, com finalidade previamente definida, não sendo possível garantir a disponibilidade ou a aplicabilidade desses recursos para eventuais adesões por outros órgãos ou entes públicos.

Dessa forma, considerando o **caráter singular da contratação, as especificidades técnicas da estrutura requerida e a origem vinculada dos recursos**, conclui-se que **não há viabilidade para adesão de outros órgãos ao presente processo licitatório**.

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☒ Aberto
- ☐ Fechado
- ☐ Aberto e Fechado
- ☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

- ☐ SIM
- ☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais – SETUR – Secretaria Estadual de Turismo do Paraná
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 1 de outubro de 2025.

LEONARDO FELIPE BRUNETTO WILAMOWSKI

Diretor do Departamento de Comunicação Social e Marketing

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 20428-1